



ICMBio

INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

CARTILHA DE EMENDAS
PARLAMENTARES

2022



Cartilha Parlamentar
**Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade**

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Meio Ambiente

Joaquim Alvaro Pereira Leite

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Marcos de Castro Simanovic

Chefe de Gabinete

Mariana Bulat

Coordenador Substituto de Relações Institucionais- CRI

Rafael Barbosa Chagas

Diretor de Planejamento, Administração e Logística- DIPLAN

Gustavo Rodrigues

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação- DIMAN

Cibele Munhoz

Diretora de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs- DISAT

Nolita Almeida Cortizo

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade- DIBIO

Marcos Aurélio Venâncio

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Coordenação de Relações Institucionais

Rafael Barbosa Chagas – Coordenador Substituto

Equipe Colaboradora

Tatiana Rezende Rosa

Suesley Lins

Víctor Bispo

Sarah Fernandes

Larissa Araújo de Carvalho

Equipe de Arte e Diagramação- Coordenação de Comunicação Social

Mariana Oliveira

SUMÁRIO

Nordeste- BA

Ações Orçamentárias Disponíveis para Emendas Parlamentares

Demarcação e Sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul

9

Ações de Construção e Reforma de Estruturas Parque Nacional e Histórico do Monte Pacoal

10

Reintrodução da Ararinha-azul

13

Aquisição de Flexboat, Pronto para navegar, Versão Militar 2 MP com T-TOP, Versão Equipada com 2 Motores de popa Gasolina– NGI ICMBIO ABROLHOS

17

Construção de contenção de avanços de maré que ameaçam o centro de visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, construção de píer de embarque e rampa para embarcações, construções e melhorias de instalações que atendem a unidade em Caravelas/BA.

21

24

Implementação e Consolidação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape

27

Atualização da situação fundiária e caracterização da tradicionalidade em comunidades residentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina

32

Obras e serviços de adequação da Estrada Velha do Garimpo para ser um eixo indutor do turismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina

34

Adequação e construção de instalações e aquisição equipamentos para o Parque Nacional da Chapada Diamantina em áreas já indenizadas	36
Fomentar o processo de ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA	38
Demarcação e Sinalização do Parque Nacional do Boqueirão da Onça	41
Confecção da exposição permanente ABRE OS OLHOS!, como forma de atrair visitantes e turistas para o Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos em Caravelas/BA	43
Nordeste-CE	46
Construção de trilhas e mirante com escadarias para acesso a Pedra Furada do Parque Nacional de Jericoacoara Jijoca de Jericoacoara/Ceará	47
Reforma da Sede e portarias do Parque e ampliação incluindo a construção de laboratório de pesquisa e Centro de visitantes	49
Nordeste-PB	51
Contratação de serviço de pavimentação e drenagem da estrada de acesso à FLONA da Restinga de Cabedelo	52
Melhorar e estruturar Programa de Proteção da Reserva Biológica Guaribas e da APA Barra do Rio Mamanguape, com aquisição de 3 (três) veículos tipo pic-up 4x4, contribuindo sobremaneira no desenvolvimento das Ações de Fiscalização, desenvolvidas pelos servidores destas UC's, conforme orientações contidas no Plano de Manejo, coibindo a existência de ilícitos que possam afetá-las direta e indiretamente	55

Nordeste-PE

Monitoramento da biodiversidade: rastreando aves de Fernando de Noronha

58

Revitalização do Centro de Visitantes da Reserva Biológica de Saltinho

59

Manutenção Estrutural da Sede Administrativa e do Centro de Educação Ambiental da Rebio Saltinho

61

Reforma das estruturas do antigo prédio da padaria e enfermaria localizadas nas dependências do CEPENE-PE, para reestruturação do museu da biodiversidade marinha

64

Onde os tubarões-tigre estão? Monitoramento para aumentar a informação aos visitantes e melhorar o protocolo de segurança em Fernando de Noronha

66

69

Nordeste-PI

Fomentar o processo de ampliação do Parque Nacional da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato /PI

71

Substituir a cerca com Estacas de madeira por estacas de concretos em um perímetro de 5.630m

72

Conservação e preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara no desenvolvimento das atividades

74

76

Nordeste-SE

Construção de Sede Administrativa do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe

79

80

Nordeste-AL/PE

Censo estrutural da pesca na APA Costa dos Corais

82

83

Nordeste-PI/CE/MA

Reativação da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba

85

86

Sinalização de limites, educação e de apoio à visitação na Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba

88

APRESENTAÇÃO

Senhores Parlamentares,

A Cartilha de emendas parlamentares do ICMBio tem por objetivo apresentar as propostas prioritárias identificadas pelo corpo técnico do Instituto para a conservação e melhor gestão das Unidades de Conservação federais que possam receber apoio de emendas parlamentares.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela gestão de unidades de conservação federais (UCs) conservação da biodiversidade.

As UC, por sua vez, são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos. Assim, são definidas como UC, por exemplo, Parque Nacional (PN) do Iguaçu, o PN de Lençóis Maranhenses, PN de Jericoacoara, Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha.

Atualmente, gerenciamos 334 UC. Essa área corresponde a 9,1% do território continental brasileiro e 24,4 % de áreas marinhas.

Para isso, atuamos definindo planos de gestão da área, desenvolvemos turismo ecológico, pesquisa e monitoramento, ações de educação ambiental, bioeconomia na região e ações de fiscalização visando a proteção e conservação desses espaços.

Nessa jornada que é preservar as UC, apresentam-se inúmeros desafios e oportunidades que estão traduzidas neste caderno de emendas que apresentamos aos senhores.

Desejamos que faça uma boa leitura e encontre uma oportunidade para contribuir com a nossa agenda.

Marcos de Castro Simanovic
Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Ramilla Rodrigues

NORDESTE (BA)



Unidade de Conservação da Ararinha Azul

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

Demarcação e Sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul

● Atividades previstas:

Demarcação e sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul.

● Finalidade da Emenda:

Realizar a demarcação e sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

As unidades de conservação da Ararinha Azul, o Refúgio de Vida Silvestre e a Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul foram criadas pelo Decreto nº 9.402, de 05 de junho de 2022. Por serem as unidades federais mais novas carecem de vários instrumentos de implementação. Um dos primeiros passos é realizar a demarcação por meio de empresa especializada e sinalização com placas informativas a respeito de seus limites.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)



Flávio Forner

Parque Nacional e Histórico do Monte Pacoal

Ações de Construção e Reforma de Estruturas

● Finalidade da Emenda:

A ação visa promover a construção e adequação das instalações físicas e infraestrutura da Unidade de Conservação, com intuito de garantir a segurança da equipe, bem como a implementação do Uso Público aos atrativos existentes no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, gerando alternativas de renda a comunidade local.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribuirá para estruturação física e manutenção das vias internas da Unidade de Conservação. O Parque está inserido em um dos últimos remanescentes do bioma Mata Atlântica e protege uma área natural com uma extensa diversidade de paisagens e belezas cênicas únicas, abrangendo uma parte litorânea com restinga, manguezal, as florestas de restinga e as praias fluviais dos rios Caraíva e Corumbau, os campos de Mussununga, único do extremo sul da Bahia, além da exuberante Floresta Ombrófila Densa. A relevância dessa região é reconhecida internacionalmente, sendo que o Parque integra o Sítio do Patrimônio Natural e Reserva da Biosfera reconhecidos pela UNESCO, além de integrar o Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica e o Mosaico de Áreas Protegidas do Sul da Bahia. Além da sua relevância ecológica e histórica, é importante destacar a riqueza cultural existente na UC, representada pelas diversas aldeias indígenas da etnia Pataxó. Adicionalmente, o Parque apresenta uma forte demanda de estruturação e ampliação de Uso Público aos atrativos existentes no Parque, ressaltando o Monumento Natural e Histórico do Monte Pascoal, de relevância nacional e as praias compreendidas entre os rios Caraíva e Corumbau de beleza cênica singular. Os recursos financeiros disponibilizados por essa emenda permitirão que importantes ações sejam executadas, que garantirão a efetividade de gestão do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, pois beneficiará os indígenas do interior e entorno da Unidade, os visitantes que terão melhor estrutura, com isso melhor serviço e melhor experiência, bem como viabiliza que alternativas de renda sejam fomentadas, reduzindo a pressão sobre recursos naturais protegidos na Unidade. Por fim, visamos com os recursos desta emenda adquirir equipamentos que venham conferir segurança e melhores condições de trabalho à equipe de campo em exercício na Unidade, de forma qualitativa e quantitativa.

● Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

As ações propostas a serem abrangidas no escopo desta emenda são:

1. Estruturas para Uso Público e Visitação:

- a. Reforma da base avançada de campo do PMHMP, localizada no principal acesso do PNHMP;
- b. Perfuração de poço artesiano para suprir a demanda hídrica de todas essas estruturas da Base Avançada, onde são fornecidos todos os serviços básicos para os visitantes do Monte Pascoal e para os funcionários do Parque
- c. Ampliação da Base Avançada do PNHMP, com construção de:
 - l. galpão para armazenamento de equipamentos utilizados na gestão do UC, especialmente de Uso Público e EPI

- II. garagem com capacidade para proteger todos os veículos oficiais da UC, e
- III. oficina para elaboração/construção de equipamentos facilitadores de Uso Público como sinalização, manutenção e monitoramento da visitação
- d. Construção de um alojamento para atendimento das demandas da UC, com no mínimo três quartos, banheiros, sala, cozinha, varanda e área de serviço.
- e. Manutenção da estrada do interior do PNHMP, que interliga o Monumento do Monte Pascoal à faixa litorânea-costeira, facilitando que os milhares de visitantes que acessam as praias do interior do parque possam visitar a parte florestal, passando pelas comunidades ao longo desse caminho, de modo a viabilizar o contato com as práticas tradicionais indígenas, e conseqüentemente gerar renda para toda essa população.

2. Aquisição de equipamentos para estruturação da UC e da equipe

- a. 2 Caminhonete L200 4 x 4
- b. 6 GPS
- c. 1 notebook com configuração suficiente para análise de geoprocessamento;
- d. 5 rádios móveis
- e. 10 rádios comunicadores
- f. 3 binóculos de longo alcance
- g. 20 kits completos de EPI e equipamento para prevenção e combate a incêndios florestais (coturno, calça, camisa, cantil, bomba costal, chapéu, balaclava, facão, bainha, foice, enxada, rastelo, pá, dentre outros)
- h. Mobiliário para o alojamento
- i. 15 Armadilhas fotográficas
- j. 2 Kit de moderação
- k. 1 Tela de projeção
- l. 2 Retroprojektor
- m. Kit de primeiros socorros para Gestão de Segurança

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais)



João Freire

Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha-azul

Reintrodução da Ararinha-azul

• Atividades previstas:

Reintrodução da Ararinha-azul

• Finalidade da Emenda:

Reintrodução da Ararinha-azul

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias, passagens e combustível, e com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) é uma das espécies de aves mais ameaçadas do mundo. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, juntamente com parceiros, está protagonizando a recuperação da espécie no seu ambiente natural. Para tanto o Criadouro Científico com Fins Conservacionistas do Programa de Reintrodução da Ararinha-azul foi construído para possibilitar a reprodução da espécie em seu ambiente natural e a reintrodução. Está localizado no interior do Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha-azul, unidade de conservação federal de proteção integral, instituída pelo Decreto nº 9.402, de 05 de junho de 2018, para suportar as ações de reintrodução e conservação da espécie e seu habitat. Para a reintrodução da espécie em seu habitat natural, primeiramente, 52 ararinhas-azuis foram repatriadas da Alemanha para o Brasil em 2020, visando compor o plantel inicial de ararinhas-azuis no local de ocorrência histórico. Em 2021 registrou-se os primeiros três nascimentos de ararinhas-azuis nas dependências do Criadouro. O ICMBio, a Association for the Conservation of Threatened Parrots (ACTP), juntamente com outros parceiros, realizaram o primeiro evento de soltura no dia 11 de junho de 2022. O plano também prevê a soltura de aproximadamente 20 animais por ano para atingir a estabilidade populacional necessária para manutenção da espécie na natureza. Para tanto, são necessárias atividades como:

- 1. Manutenção de uma base de campo para monitores do ICMBio;**
- 2. Aquisição e manutenção de equipamentos de telemetria e monitoramento;**
- 3. Contratação de serviços para fornecimento de combustível e alimentação para voluntários;**
- 4. Instalação de sistema fotovoltaico para provimento de energia elétrica;**
- 5. Manutenção de especialistas em monitoramento (áreas biológicas e afins).**

Se por um lado a manutenção de psitacídeos como animais de estimação é uma prática muito difundida afetando muitas espécies. Por outro, existe uma longa história de convivência dos psitacídeos com a sociedade humana, consequência de sua aparência carismática e inteligência. Isso confere a possibilidade de utilizá-los como espécies bandeira para conservar regiões degradadas. Esse é o caso da ararinha-azul, uma espécie que atrai a atenção de todos, especialmente após o lançamento dos longas-metragens Rio e Rio 2 (20th Century Fox Animation e Blue Sky Studios), nos anos 2011 e 2014.

Por ser uma das espécies mais emblemáticas da perda da biodiversidade brasileira, está entre as prioridades de recuperação e conservação do governo federal.

Sendo uma das principais agendas positivas do ICMBio: 1. utiliza uma espécie bandeira e que tem grande potencial para a comunicação e divulgação, 2. pode ser considerada a embaixadora na luta contra o tráfico de animais silvestres; e 3. será utilizada no envolvimento das comunidades tradicionais em boas práticas produtivas que beneficiem a conservação do meio ambiente e a melhoria da sua condição de vida nas Unidades de Conservação da Ararinha Azul.

O presente projeto de reintrodução da espécie aqui apresentado está de acordo com o objetivo do PAN Ararinha-azul: "Realizar a reintrodução de ararinhas-azuis em sua área de ocorrência original até 2024, buscando seu aumento populacional contínuo e conservando habitats com envolvimento comunitário em práticas sustentáveis"; o objetivo específico 1: "Realizar pelo menos uma soltura experimental de ararinhas-azuis até 2024, mantendo a população ex situ viável" e, especialmente, a ação 1.4: "Realizar solturas experimentais de maracanãs e/ou grupos mistos de maracanãs e ararinhas-azuis".

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinientos Mil Reais)



Enrico Marcovaldi

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Aquisição de Flexboat, Pronto para navegar, Versão Militar 2 MP com T-TOP, Versão Equipada com 2 Motores de popa Gasolina– NGI ICMBio ABROLHOS

• Atividades previstas:

Aquisição FLEXBOAT, PRONTO PARA NAVEGAR, VERSÃO MILITAR 2 MP COM T-TOP, VERSÃO EQUIPADA COM 2 MOTORES DE POPA GASOLINA – NGI ICM-BIO ABROLHOS, com configurações mínimas que atendam os seguintes requisitos: Comprimento total com plataforma mista de cavalete: 8,00 mt (sem considerar o motor); Comprimento dos flutuadores (Tubo): 7,60 metros; Largura total externa (Boca): 3,15 metros; Largura interna: 2,10 metros; Diâmetro flutuadores (Tipo cônico): 0,55 metros na popa e 0,47 metros na proa; 2 motores de popa 250HP; Capacidade de combustível: 400 Litros; Capacidade de água doce: 90 Litros; capacidade de transporte recomendado de 13 (1+12) pessoas; Capacidade total de carga: 2500 kg ou mais; Anilhos para reboque: 1 instalado na proa e 2 instalados no espelho de popa; Anilhos para içamento: 2 adicionais na proa dentro das caixas herméticas e 2 adicionais na popa na carenagem de popa.

• Finalidade da Emenda:

Dotar o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a Reserva Extrativista de Cassurubá de capacidade de operacionalização da gestão em áreas marinhas abertas, com segurança e agilidade que permita resposta rápida às demandas das unidades de conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos representa um marco para a conservação marinha no país. Em 06 de abril de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88.218 foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNA MAR Abrolhos). Desde então, 87.943 hectares desta Unidade de Conservação (UC) ajudam a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Já a Reserva Extrativista de Cassurubá é uma Unidade de Conservação federal do Brasil categorizada como reserva extrativista e criada por Decreto Presidencial em 5 de junho de 2009 numa área de 100.687 hectares nos municípios de Alcobaca, Caravelas e Nova Viçosa, no estado da Bahia, que tem por finalidade proteger a natureza e a capacidade de reprodução cultural das populações tradicionais que vivem de seus recursos.

As duas áreas têm em comum um imenso território de águas marinhas e a necessidade de desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento de acesso, proteção, uso público e turismo. Assim, dotar a unidade de mobilidade nestas áreas é de fundamental importância para o atingimento de seus objetivos.

Cabe ressaltar que, especialmente o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, está distante da costa a aproximadamente 65 quilômetros. Sendo necessário, rotineiramente promover o transporte de servidores, funcionários, pesquisadores e parceiros que apoiam a gestão da unidade.

Ademais, a operação marítima é uma atividade de risco e em unidades onde o turismo de natureza representa riscos à integridade física de turistas, funcionários e operadores, possuir um equipamento seguro e ágil, amplia a capacidade de unidade de dar resposta rápida a situação que, em caso de atraso,

pode representar grandes prejuízos a vida das pessoas e, conseqüentemente, a imagem institucional, bem como de operação do turismo da unidade. Propomos ainda, que a aquisição do equipamento se integre aos esforços de requalificação da capacidade operacional das Unidades no ano de comemoração dos 40 Anos de Criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)



Ricardo Jerozolimski

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Construção de contenção de avanços de maré que ameaçam o centro de visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, construção de píer de embarque e rampa para embarcações, construções e melhorias de instalações que atendem a unidade em Caravelas/BA

• Atividades previstas

Obra de contenção de avanço de marés e outras construções que atendem o centro de visitantes do PARNAM dos Abrolhos.

• Finalidade da Emenda:

Reformar e revitalizar o centro de visitantes, dotando o ICMBio de maior capacidade de desenvolvimento de suas atividades em Caravelas e garantido o bem estar de um público anual superior a 10 mil pessoas (em 2022) e com capacidade de atendimento de até 30 pessoas por ano.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Abrolhos representa um marco para a conservação marinha no país. Em 06 de abril de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88.218 foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNA MAR Abrolhos). Desde então, 87.943 hectares desta Unidade de Conservação (UC) ajudam a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Nos últimos anos, o ICMBio em Caravelas vem perdendo instalações para o desenvolvimento de atividades que tem reduzido os espaços úteis para o desenvolvimento de suas atividades e reduzindo a capacidade de atendimento ao público que costumeiramente procura o Centro de Visitantes como porta de entrada ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a Reserva Extrativista de Cassurubá.

O Centro de visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é um importante equipamento turístico do município de Caravelas, à medida que anualmente mais de 10 mil pessoas visitam este espaço, com potencial, de no mínimo, triplicar este número em um curto espaço de tempo a partir de sua revitalização e do aprimoramento de suas instalações.

Também, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi criado em 06 de abril de 1983, e em 2023 completa 40 anos. Trata do primeiro parque marinho brasileiro, de abrigo a maior biodiversidade do atlântico sul e de um importante vetor de atração de investimentos, turistas e atenções para o extremo sul da Bahia.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)



Implementação e Consolidação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape

• Atividades previstas:

- 1- Reforma e estruturação da sede administrativa da RESEX
- 2- Implantação de Centro de Visitantes na sede administrativa da RESEX
- 3- Estruturar a unidade de conservação com aquisição de equipamentos e bens necessários à gestão: embarcações, equipamentos de informática, equipamentos de pesquisa e monitoramento, mobiliários etc;
- 4- Implementação do Programa Monitora/ICMBio na RESEX;
- 5- Promoção da proteção ambiental, por meio do fortalecimento da infraestrutura para a fiscalização e realização de ações de educação e comunicação direcionadas para atores sociais chave.
- 6- Promoção de alternativas de renda sustentável, melhoria das condições e segurança no trabalho dos beneficiários, por meio de ações educativas, de comunicação, capacitação e melhoria da infraestrutura.
- 7- Promoção de pesquisas sociológicas voltadas para melhor conhecer a sociodiversidade local e as problemáticas vivenciadas pelas populações tradicionais atualmente, com vistas a proposição de medidas de gestão, ampliação e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis;
- 8- Implementação de programa de fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade da RESEX Marinha da Baía do Iguape.
- 9- Implementar infra-estruturas, adquirir equipamentos e prestar subsídio técnico que contribuam para a segurança do trabalho, saúde e bem estar dos grupos beneficiários da RESEX (pescadores, marisqueiras, agricultores, saveiristas, extrativistas vegetais, artesãos).
- 10- Implementar infra-estruturas, adquirir bens e equipamentos e prestar subsídio técnico que contribuam para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade da RESEX, a promoção de selos de sustentabilidade e fomento de economia circular, na busca de agregação de valor e garantia da manutenção de seus modos de vida.
- 11- Elaborar e implementar uma estratégia de monitoramento da qualidade ambiental na RESEX, produzir e analisar dados primários sobre a qualidade da água, sedimento e biota, voltados para a definição de medidas de mitigação e compensação de danos socioambientais.
- 12- Elaborar e implementar uma estratégia de monitoramento da pesca e da mariscagem na Unidade de Conservação.
- 13- Elaborar e realizar ações de educação e comunicação ambiental, de capacitação e de fortalecimento das organizações comunitárias voltadas para a gestão participativa da UC, valorização da cultura e dos modos de vida tradicionais.
- 14- Realizar ações de educação e comunicação ambiental, de capacitação e de fortalecimento das organizações comunitárias voltadas para o fomento do turismo de base comunitária, transição para sistemas de produção agroecológico e outras alternativas de renda sustentáveis para os beneficiários da Unidades de Conservação.
- 15- Elaborar, aprovar e implementar os instrumentos de gestão da UC (Plano de Manejo, Acordo de Gestão, Plano de Uso Público, Plano de Proteção).
- 16- Realizar regularização fundiária na RESEX;

• Finalidade da Emenda:

Implementar e consolidar a RESEX Marinha da Baía de Iguape, promovendo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, a gestão participativa, o fortalecimento das organizações comunitárias, e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica e/ou especializada, mediante certame, para a execução dos objetos, considerando ainda custeio para ações executadas pelo corpo técnico do ICMBio.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha da Baía de Iguape é uma das quatro Unidades de Conservação (UC) dessa categoria no Estado da Bahia, abrangendo a maior área protegida de manguezais da Baía de Todos os Santos (BTS), a segunda maior baía do litoral brasileiro. O território da RESEX Marinha da Baía de Iguape e seu entorno também abrange áreas preservadas de Mata Atlântica, a BTS possui formações de recifes de coral altamente relevantes para conservação da biodiversidade marinha regional e de espécies ameaçadas de extinção (corais, peixes recifais, crustáceos, tartarugas e cetáceos). Os manguezais da RESEX possuem grande importância para manutenção da estrutura e funcionamento dos ecossistemas costeiros, conectividade genética, proteção e reprodução de espécies essenciais para a manutenção dos modos de vida tradicionais e para a economia pesqueira, além de representarem importante fonte de captação de carbono atmosférico.

Esta RESEX é afetada por diversas atividades humanas, muitas de alto impacto, e possui alto índice de ocupação humana - sendo a UC dessa categoria com maior número de populações tradicionais beneficiárias da Região Nordeste. São cerca de 5.200 famílias beneficiárias já cadastradas pelo ICMBio, pertencentes a 99 comunidades tradicionais de povos extrativistas, quilombolas e ribeirinhos, que dependem principalmente da pesca, da mariscagem e da agricultura de pequena escala para subsistência e fonte de renda. Outros grupos beneficiários incluem artesãos e artesãs, que realizam o extrativismo vegetal, e saveiristas, beneficiários que guardam a tradição dos saveiros (embarcações tradicionais da BTS, utilizadas para o transporte regional de mercadorias, como produtos agrícolas e pescado).

As comunidades dos municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix, que compõem os limites territoriais da UC, apresentam enorme potencial para o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, são muito organizadas e interessadas na gestão do território, e apresentam alto grau de participação e envolvimento das mulheres. A relação das comunidades com o ambiente estuarino remonta ao século XVI e ao longo da história desenvolveram organizações de luta por seus direitos ao território, a fim de garantir o acesso aos recursos necessários à sua reprodução social, inclusive à própria criação da RESEX.

Dados do Levantamento Socioeconômico realizado nos primeiros esforços empenhados na RESEX para o cadastramento das famílias beneficiárias, em 2012, apontavam grande diversidade de práticas produtivas e culturais, significativa produtividade pesqueira e agrícola, base fundamental da segurança alimentar das populações tradicionais. Os modos de vida destas populações e as formas de manejo dos recursos naturais conformam um território com extensas áreas conservadas, sejam de manguezais ou áreas de floresta atlântica em seu entorno.

Outras iniciativas produtivas, implementadas e gerenciadas pelas próprias organizações comunitárias – como os cultivos comunitários de ostras e o Turismo de Base Comunitária (a exemplo da Rota da Liberdade das comunidades quilombolas do município de Cachoeira) – apontam para o potencial de alternativas produtivas e a capacidade organizacional das populações tradicionais. Apesar de tantas potencialidades, essas populações enfrentam, há séculos, conflitos de diversas ordens, que põe em risco a manutenção de seus modos de vida e a garantia de uma vida digna em seu território.

As comunidades tradicionais ribeirinhas da Unidade de Conservação enfrentam diversos problemas sociais e estruturais, com destaque para problemas sanitários, que estão diretamente relacionados à exposição ao sedimento do mangue durante o deslocamento para embarcações. Isso poderia ser resolvido com a construção de piers que ligassem o ambiente terrestre ao aquático, evitando problemas de saúde e facilitando a acessibilidade de idosos que precisam se deslocar para municípios próximos e crianças na saída para creches e escolas.

Existem grandes empreendimentos no entorno da RESEX Marinha da Baía de Iguape que causam impactos socioambientais negativos, e potencializam processos de invisibilização das populações tradicionais locais. Entre os de maior destaque, citamos a Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo (UHE Pedra do Cavalo), um empreendimento cujo licenciamento ambiental é de competência estadual, com diversas lacunas de avaliação de impacto, de implantação de medidas mitigatórias e de condicionantes socioambientais. Esse empreendimento foi regularizado pelo órgão ambiental estadual através de um Termo de Compromisso e, na ausência da licença de operação, não existem condicionantes ambientais que mitiguem os impactos negativos sobre a UC e as populações tradicionais beneficiárias. O principal impacto provocado pela UHE Pedra do Cavalo é a gestão inadequada do regime de vazão hídrica, resultando na alteração da salinidade e na dinâmica das correntes do estuário. Há vários anos, observa-se a retenção da água por longos períodos, conseqüentemente, o Rio Paraguaçu fica sem aporte de água doce a jusante da barragem, e posterior liberação de grandes volumes em poucos dias, o que ocasiona mortandade em massa da biota estuarina e enormes prejuízos socioeconômicos para pescadores e marisqueiras.

A unidade de conservação também sofre com a introdução de espécies exóticas, em especial o coral-sol, uma grave ameaça para a biodiversidade marinha da RESEX e da BTS como um todo. Atividades de pesquisa e monitoramento são conduzidas pelo ICMBio há alguns anos, sendo necessário a garantia de manutenção das ações em andamento.

A presente proposta pretende abordar diretamente os impactos ambientais e busca fortalecer os instrumentos de gestão da UC, bem como consolidar as relações da UC com os beneficiários e outros atores-chave para o sucesso de sua implementação.

Cabe informar que a RESEX possui Conselho Deliberativo instituído e muito ativo, mas não possui Plano de Manejo. A sede possui estrutura precária, estando em curso algumas pequenas reformas e esforços de manutenção de equipamentos e bens, tais como embarcações e carros. Atualmente, a UC conta com 4 servidores (Analistas Ambientais) e 09 Agentes Temporários Ambientais, distribuídos nas funções de segurança, marinho e agentes de apoio de campo.

O projeto que está sendo proposto, de forma preliminar, visa atender demandas estabelecidas pelos grupos de beneficiários (pescadores, marisqueiras, saveiristas, agricultores, artesãos e extrativistas vegetais) e contribuirá diretamente para melhoria da conservação e qualidade ambiental, segurança alimentar, renda e reprodução social das comunidades tradicionais da região. Espera-se obter uma melhor compreensão dos aspectos sócio ecológicos e econômicos que compõem a área da RESEX e que são afetados pelos principais impactos socioambientais supracitados, possibilitando a proposição e implementação de medidas mitigatórias e compensatórias, baseadas em dados científicos e conhecimentos tradicionais. Espera-se também gerar informações básicas capazes de dar maior visibilidade sobre a importância social e econômica dos modos de vida tradicionais. Por fim, espera-se aprimorar a articulação com atores sociais chave (e.g. líderes comunitários, prefeituras, empreendimentos, universidades, órgãos do judiciário) e consolidar a implementação e atuação da RESEX enquanto vetor de promoção da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável local e regional.

Os resultados do projeto poderão contribuir para que o Brasil cumpra compromissos assumidos internacionalmente, em especial no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, como as Metas de Aichi (em processo de atualização); as Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza da FAO; os Objetivos da Convenção 169 da OIT; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Destacam-se as Metas de Aichi 6 (pesca sustentável), 10 (diminuição da pressão antropogênica sobre ecossistemas marinhos), 14 (proteção de ecossistemas provedores de serviços essenciais), e 18 (respeito a conhecimentos e práticas tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável de biodiversidade), assim como os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - Erradicação da Pobreza, 3 – Saúde e Bem Estar, 8 – Trabalho decente e Crescimento Econômico, 10 – Redução das Desigualdades, 14 – Vida na Água.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 9.000.000,00 (Nove milhões de reais)





Dmitri de Igatu

Parque Nacional Chapada Diamantina

Atualização da situação fundiária e caracterização da tradicionalidade em comunidades residentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina

● Finalidade da Emenda:

Ação visa atualizar a situação fundiária e avaliar a tradicionalidade em seis comunidades sobrepostas ao Parque Nacional da Chapada Diamantina.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma unidade de conservação federal com cerca de 152.000 hectares de extensão, situado no centro do estado da Bahia e abrangendo 6 municípios. Esta unidade de conservação foi criada com o objetivo de conservar amostras dos ecossistemas da Serra do Sin-corá. Quando da sua criação, havia algumas localidades com moradores residentes. No processo de regularização fundiária da unidade, a situação de tais localidades precisará ser tratada de modo a permitir que aquelas que tenham características tradicionais tenham seus direitos resguardados nos termos da legislação vigente.

No Parque Nacional da Chapada Diamantina já foi realizado um levantamento fundiário, no ano de 1998. Os dados daquele levantamento foram usados como base para diversos processos indenizatórios e ainda é útil para análise de áreas desocupadas. No entanto, as comunidades apresentam uma situação dinâmica, onde ao longo de 24 anos muitas alterações podem acontecer. Por isso, é necessário buscar a atualização dos dados para a área ocupada pelos residentes. Vale citar que estas ocupações equivalem a menos de 3% da extensão deste parque nacional. Além disso, duas destas comunidades têm situações peculiares e não devem ser incluídas na proposta que está se apresentando neste projeto: a comunidade do Vale do Pati não teve novas ocupações nos últimos quinze anos, foi objeto de uma análise de sua tradicionalidade e deve ser atendida por um projeto já em andamento. Já a comunidade de Fazenda Velha é reconhecida como Remanescente de quilombos pela Fundação Palmares e deverá ter seu respectivo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo INCRA, autarquia federal responsável por este tipo de avaliação para comunidades quilombolas.

Com a exclusão das duas comunidades citadas acima, as comunidades que ainda precisam de atualização da situação fundiária e de análise quanto a sua tradicionalidade para que garantam seus direitos, sendo reconhecidas como tradicionais, são as seguintes: Baixao (Município de Ibicoara), Capão Correia e São Pedro (Mucuge), Garapa-Roncador (Andaraí), Capivara e Curupati (Lençóis).

● Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

O levantamento da situação fundiária das comunidades será realizado na forma usual, incluindo os levantamentos cartoriais, análise de cadeias dominiais, análise jurídica da documentação pertinente, levantamento de benfeitorias, georreferenciamento de propriedades e posses.

A análise da tradicionalidade será realizada através de uma avaliação antropológica de cada comunidade procurando identificar as características de cada uma, suas peculiaridades, ligações culturais e os respectivos territórios de uso e ocupação. Também deverá ser avaliada a eventual presença de ocupantes que não sejam integrantes das comunidades e que tenham adentrado as áreas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Estes levantamentos darão subsídios para que se elaborem acordos de convivência que compatibilize a permanência daquelas comunidades consideradas tradicionais nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, nos termos da legislação e dos entendimentos jurídicos atualmente adotados.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Obras e serviços de adequação da Estrada Velha do Garimpo para ser um eixo indutor do turismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina

• Finalidade da Emenda:

Ação tornar a Estrada Velha do Garimpo (EVG) trafegável com estrutura de apoio à visitação e controle de acesso para fortalecer o turismo na região entre Lençóis e Andaraí.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma unidade de conservação federal com cerca de 152.000 hectares de extensão, situado no centro do estado da Bahia e abrangendo 6 municípios. Esta unidade de conservação foi criada com o objetivo de conservar amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá. É uma das unidades de conservação mais conhecidas do Brasil, porém ainda é carente de estruturas físicas que permitam atender adequadamente às demandas de gestão.

A EVG (também conhecida como Estrada do Baixo) é um antigo caminho de ligação entre as cidades de Lençóis e Andaraí. Muito usada durante o período do Garimpo, foi progressivamente abandonada devido às dificuldades de manutenção e ao decaimento das atividades garimpeiras na área. Atualmente, apenas a porção que fica no município de Andaraí recebe alguma manutenção. O restante da estrada está praticamente abandonada, sendo usada eventualmente por ciclistas e por pessoas com quadriciclos.

A EVG tem cerca de 28 km de extensão, a maior parte deles dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, cruza por 8 cursos d'água e dá acesso há uma área onde existem 8 cachoeiras e diversos sítios arqueológicos. Atualmente, já há o uso da área pela comunidade quilombola do Remanso (Lençóis), que leva visitantes em canoas pelo pantanal Marimbus até próximo a cachoeira do Roncador. Neste ponto é próximo ao rio Garapa, há áreas balneáveis que são usadas pela população, especialmente da cidade de Andaraí. A área também é ocupada por duas comunidades, uma inteiramente inserida no parque nacional (Garapa-Roncador, município de Andaraí) e a outra parcialmente inserida no parque (Cativara, município de Lençóis).

As obras de adequação da estrada para o uso turístico trarão novas opções para a visitação à unidade, estão de acordo com o plano de manejo e, além disso, beneficiarão os moradores locais que tem hoje em dia sérios problemas com as dificuldades de acesso, especialmente em épocas de chuva. Vale lembrar que as áreas ainda não foram indenizadas, mas isto não deve interferir nas obras, já que a estrada normalmente segue por áreas em que a própria estrada é o limite das propriedades.

• Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

As obras de recuperação deverão ser precedidas de um estudo técnico e de engenharia detalhado para avaliar as intervenções de modo a minimizar os impactos delas decorrentes. Também deverão ser incluídos aspectos técnicos da estruturação da visitação ao local, incluindo a análise dos sítios arqueológicos existentes nas proximidades e que podem ser acessados pela estrada, e análise de viabilidade econômica.

Além das obras viárias, as estruturas previstas incluirão guaritas de acesso, sinalizações na estrada, construção de atracadouro para canoas vindas do quilombo do Remanso e obras de infraestrutura nos balneários do Garapa e do Roncador.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Adequação e construção de instalações e aquisição equipamentos para o Parque Nacional da Chapada Diamantina em áreas já indenizadas

• Finalidade da Emenda:

Adequar nove prédios já existentes em áreas indenizadas e construir um prédio de 350m² em uma das áreas do Parque Nacional da Chapada Diamantina voltado para a gestão da Unidade de Conservação, bem como a construção de um heliporto, adquirindo também os equipamentos necessários para que as instalações cumpram seus objetivos.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma Unidade de Conservação Federal com cerca de 152.000 hectares de extensão, situado no centro do Estado da Bahia e abrangendo 6 Municípios. Esta Unidade de Conservação foi criada com o objetivo de conservar amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá. É uma das Unidades de Conservação mais conhecidas do Brasil, porém ainda é carente de estruturas físicas que permitam atender adequadamente às demandas de gestão.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina tem, até o momento, cerca de 8.000 ha já indenizados. Entre as propriedades já indenizadas e aquelas que estão na posse do ICMBIO, existem duas áreas com construções que podem ser utilizadas pela gestão da unidade de conservação de modo a viabilizar o cumprimento dos seus objetivos. Uma dessas propriedades encontra-se no extremo norte do Parque Nacional, em um local conhecido como Ponem, com 32 ha de extensão, possui uma casa construída em blocos de pedra, com cerca de 80m², que precisa de obras para se adequar ao uso da unidade. A outra propriedade está localizada na região central do PARNA, em uma área conhecida por Tumezinho, próxima à cidade de Mucugê. Esta área tem uma extensão de cerca de 220ha e conta com 8 construções que ali estavam quando houve a indenização. Uma destas construções é utilizada atualmente como base para abrigar a brigada contratada, porém precisam de adequações. Além disto, com intuito de melhor alocar os eventos que já são realizados no Parque, como reuniões de conselho, cursos, atividades com a comunidade e recepção de visitantes, há a necessidade de construir um prédio. Propõe-se que este prédio tenha 350 m² de área. Por fim, será necessário equipá-los com móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos.

• Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

A seguir serão descritos, em linhas gerais, para cada área, como serão aplicados os valores solicitados. É importante citar que a SEINFRA, setor do ICMBIO que trata de obras de engenharia, procedeu com vistoria prévia das áreas durante o mês de agosto de 2022, que serve de base para as propostas aqui apresentadas

1 – Adequação dos espaços

Ponem: A casa existente nesta propriedade tem cerca de 80 m² e é construída em blocos de pedra. Precisa de reparos em seu telhado, de novas aberturas, de construção de um banheiro incluindo sistema de saneamento, de um sistema de abastecimento de água e de adequações adicionais a serem descritas em projeto executivo. Esta casa deverá servir de alojamento para pesquisadores e para apoio a brigadas de combate à incêndios. Também poderá contar com um espaço para servir de laboratório avançado para pesquisadores. Os equipamentos deverão incluir camas, colchões, roupas de cama, fogão, geladeira, bebedouro, pias, bancadas, cadeiras, mesas, e outros equipamentos que serão mais detalhados no projeto a ser executado previamente à execução das obras.

Tumezinho: A avaliação conduzida pela SEINFRA demonstra que é possível aproveitar praticamente todos os prédios existentes no local, com obras de

adequação e adaptação tanto estrutural como arquitetônica. Assim, os imóveis já existentes podem servir de alojamento, base administrativa e garagem. Devido a posição geográfica, no entanto, a área tem potencial para concentrar atividades e eventos ligados à gestão do Parque Nacional. Para isto, será necessária a construção de um prédio de alvenaria que sirva de centro de eventos e que também possa receber visitantes. O detalhamento das obras será apresentado em projeto executivo elaborado antes do início das obras. Para esta área, estão previstos, entre outros equipamentos, a aquisição de camas, colchões, roupas de cama, fogão, geladeira, bebedouro, pia, cadeiras, mesas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos (“data-show”, computadores, impressoras e outros equipamentos). O detalhamento completo será feito no projeto executivo.

2 – Construção

A construção de um heliporto que permita o pouso e decolagem com segurança de helicópteros necessários em operações de combate aos incêndios florestais, comuns na região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões)

Fomentar o processo de ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA.

• Atividades previstas

Fundamentar a proposta de ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos por meio da ampliação do acesso e dados sobre a ecologia dos animais, o que pode ser feito eficientemente através dos BRUVs (Baited Remote Underwater Videos).

• Finalidade da Emenda:

Aumentar a conservação da biodiversidade da região do Banco dos Abrolhos através da ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Banco dos Abrolhos é uma das regiões de maior importância para a conservação da biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul, conforme reconhecido e reafirmado em sucessivos processos de avaliação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em território nacional. Consiste em um alargamento da plataforma continental de aproximadamente 200 km, cobrindo aproximadamente 56.000 km², entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo, desde a foz do rio Jequitinhonha (15° 50' S) até a foz do rio Doce (19° 40' S). Abriga o maior complexo de recifes de coral a região mais importante para biodiversidade marinha do Atlântico Sul, formando um mosaico de habitats que inclui manguezais, bancos de algas calcárias, fundos inconsolidados e recifes de corais.

O parque nacional marinho dos Abrolhos, em seus limites atuais, abrange tão somente 1,8% do Banco dos Abrolhos, deixando muitos recursos naturais sujeitos ao potencial uso direto e indireto. Além disso, os limites atuais do Parque não abrangem de forma representativa vários ambientes essenciais à conservação da biodiversidade do Banco e à sustentabilidade da produção pesqueira regional, tais como os recifes de profundidade e as denominadas “buracas”, além de áreas de quebra de plataforma com alta importância como refúgio de espécies. Além disso, a possível ampliação do parque pode impulsionar o potencial econômico existente devido aos atrativos que a biodiversidade possibilita para a região, tais como o desenvolvimento do turismo.

Além disso, estudos recentes de monitoramento através de BRUVS (Baited remote underwater video) tem mostrado que esta técnica é eficiente para avaliação dos padrões de diversidade e abundância de espécies, bem como o tamanho dos indivíduos, especialmente para aquelas espécies associadas a ambientes de recifes de corais, devido à elevada riqueza de indivíduos e espécies de peixes e, além disso, à visibilidade favorável à obtenção de imagens. Para isso, estamos solicitando esta emenda parlamentar com vistas a realização de aprimorar os mapeamentos de abundância de espécies da região do entorno do parque e a realização de estudos complementares para subsidiar tecnicamente a definição dos limites da proposta.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$500.000,00 (Quinhentos mil reais).



Rogério Cunha

Parque Nacional Boqueirão da Onça

Demarcação e Sinalização do Parque Nacional do Boqueirão da Onça

• Atividades previstas

Demarcação e sinalização do Parque Nacional do Boqueirão da Onça.

• Finalidade da Emenda:

Realizar a demarcação e sinalização do Parque Nacional do Boqueirão da Onça.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Parque Nacional do Boqueirão da Onça foi criado pelo Decreto nº 9.336, de 05 de abril de 2022 por ser a principal região com representação da biodiversidade do bioma Caatinga. Por configurar entre uma das mais novas unidades de conservação federais, poucos são os instrumentos implementados até os dias atuais. A falta de demarcação e sinalização é um impulsionador de conflitos fundiários na região. Portanto, o primeiro esforço de implementação é a demarcação, com posterior sinalização, como forma de diminuir os conflitos e aumentar a comunicação entre a equipe gestora e os usuários do território. Como forma de promover a implementação inicial dessas unidades e diminuir os conflitos com usuários do território, nos municípios de Sento Sé, Campo Formoso, Juazeiro e Sobradinho, municípios abrangidos pelo Parque, propomos a demarcação e sinalização dos seus limites.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)

Confecção da exposição permanente **ABRE OS OLHOS!**, como forma de atrair visitantes e turistas para o Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos em Caravelas/BA

• Atividades previstas

Contratação de empresa especializada em coordenação de execução e montagem de exposições para acompanhamento técnico remoto + 3 visitas presenciais de 5 dias (durante 2 meses) para controle de processos de construção, produção gráfica, montagem e acabamentos. A empresa será responsável por todos os passos de montagem que inclui compras de equipamentos, encomenda e supervisão da execução de obras artísticas, instalação de equipamentos multimídias e impressão de todos os serviços gráficos.

• Finalidade da Emenda:

Instalação de exposição no Centro de Visitantes com finalidade recreativa, contemplativa e educacional de forma a ser um equipamento relevante para atração de no mínimo 30 mil visitantes por ano.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Abrolhos representa um marco para a conservação marinha no país. Em 06 de abril de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88218 foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNA MAR Abrolhos). Desde então, 87.943 hectares desta Unidade de Conservação (UC) ajudam a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-Bio, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Comemorativa dos 40 Anos do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a Exposição Abra os Olhos! Trata de um atrativo do Centro de Visitantes do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Abrolhos capaz de atrair a atenção de dezenas de milhares de visitantes a cada ano a partir de conceitos de projeto que possibilite integrar o espaço expositivo com ambiente geral do Centro de Visitação; provocar um sentimento de pertencimento da população de Caravelas e o seu entorno; despertar aos visitantes de várias nacionalidades um entendimento do que é o Arquipélago de Abrolhos e a cultura local; proporcionar aos visitantes a absorção do conteúdo de forma interativa, divertida e educativa.

Ela ocupará 3 diferentes ambientes do centro de visitantes em um total aproximado de 800m², distribuídos nas seguintes áreas:

- Salão exposição = 150m²
- Galpão Biodiversidade = 258m²
- Área externa = 392m²

A cada ambiente o visitante poderá contemplar parte da exposição que ficará dividida da seguinte forma:

Recepção:

- Mesa com mapa da área expositiva
- Totem formato de árvore de mangue - Painel título da exposição e pássaros aéreos

Salão:

- Módulo 01 a 05 com painéis, mobiliário, equipamentos de audiovisual e elementos cenográficos.

Sala Multiuso:

- Rota de saída da exposição e espaço de usos diversos.

Passarela:

- Piso com mosaico
- Painel de identificação e placa com comunicação visual

Galpão Biodiversidade:

- 02 painéis trainelados e 01 tapadeira para fixação de 03 esculturas em papel machê
- 01 praticável com piso em deck e 04 quadros em MDF
- 01 carrinho educativo em MDF com recortes em formato de barcos.

Ter uma exposição de altíssimo nível valoriza a gestão da biodiversidade, eleva a estima das populações locais, atraem turistas e visitantes, bem como fortalece os mecanismos econômicos da cadeia do turismo regional.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

NORDESTE (CE)

André Dib



Parque Nacional Jericoacoara

Construção de trilhas e mirante com escadarias para acesso a Pedra Furada do Parque Nacional de Jericoacoara – Jijoca de Jericoacoara/Ceará.

• Atividades previstas

Obra de recuperação das trilhas de acesso a pedra Furada, a partir da Vila de Jericoacoara, construção de escadarias de acesso e mirante.

• Finalidade da Emenda:

Melhorar o acesso por trilhas ao atrativo da Pedra Furada de Jericoacoara, redução de riscos de acidentes, promoção do conforto no percurso, remediação dos danos ambientais gerados pelas ramificações de trilhas, estruturação do atrativo e modernização do ponto turístico pela implantação de mirante para registro fotográfico do atrativo natural.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional de Jericoacoara é o terceiro Parque Nacional mais visitado e, em conjunto com outros atrativos, um importante indutor de turismo do litoral oeste do Ceará, gerando, emprego renda e desenvolvimento para a região. A pedra furada de Jericoacoara é o cartão postal desta Unidade de Conservação. Sua beleza única e a origem geológica configuram um ponto de interesse para os visitantes que são desafiados pelas características locais do acesso. A chegada a Pedra Furada deve ser feita por trilhas e não existem elementos de facilidade de acesso, segurança ou obras de arte que valorizem o ponto turístico e o conforto do visitante. Abaixo seguem imagens do local e suas características únicas de beleza e rusticidade.



Figura 1. Início da Trilha para a pedra furada, trecho em leve declive, sem intervenções.



Figura 2. Trilha de acesso para a pedra furada, trecho com declive acentuado. Na imagem ação de manutenção da trilha.

Reforma da Sede e portarias do Parque e ampliação incluindo a construção de laboratório de pesquisa e Centro de visitantes

• Atividades previstas

Reforma e adequação da sede administrativa do ICMBio na Vila de Jericoacoara incluindo escritórios, alojamento, refeitório, cozinha, garagem, almoxarifado e casa funcional. Reforma e adequação das três portarias de entrada do Parque: Preá, Lagoa Grande e Mangue Seco.

Ampliação da sede do ICMBio na Vila de Jericoacoara incluindo a construção de laboratório de pesquisa para ações conjuntas com a Universidade Federal do Ceará e de Centro de visitantes para **abrigar exposição permanente sobre o Parque e realização de palestras e eventos culturais.**

• Finalidade da Emenda:

Realizar a reforma, adequação, modernização e ampliação dos prédios do Parque Nacional de Jericoacoara, no litoral Oeste do Ceará.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A sede do Parque Nacional de Jericoacoara está localizada na Vila de Jericoacoara e ocupa uma área doada pelo Estado do Ceará para a administração da unidade e atendimento das demandas relativas à gestão e proteção da biodiversidade e promoção do turismo sustentável. Além da sede localizada na Vila, o parque ainda possui três guaritas nos principais acessos ao Parque.

As estruturas foram construídas por meio de parcerias entre o Estado do Ceará e o IBAMA, responsável pela gestão do Parque Nacional até 2007, quando o ICMBio foi criado. Atualmente os prédios não atendem as demandas administrativas e da atual equipe necessitando de ampliação e adequação, respondendo às atualizações tecnológicas e melhorando a segurança dos trabalhadores.

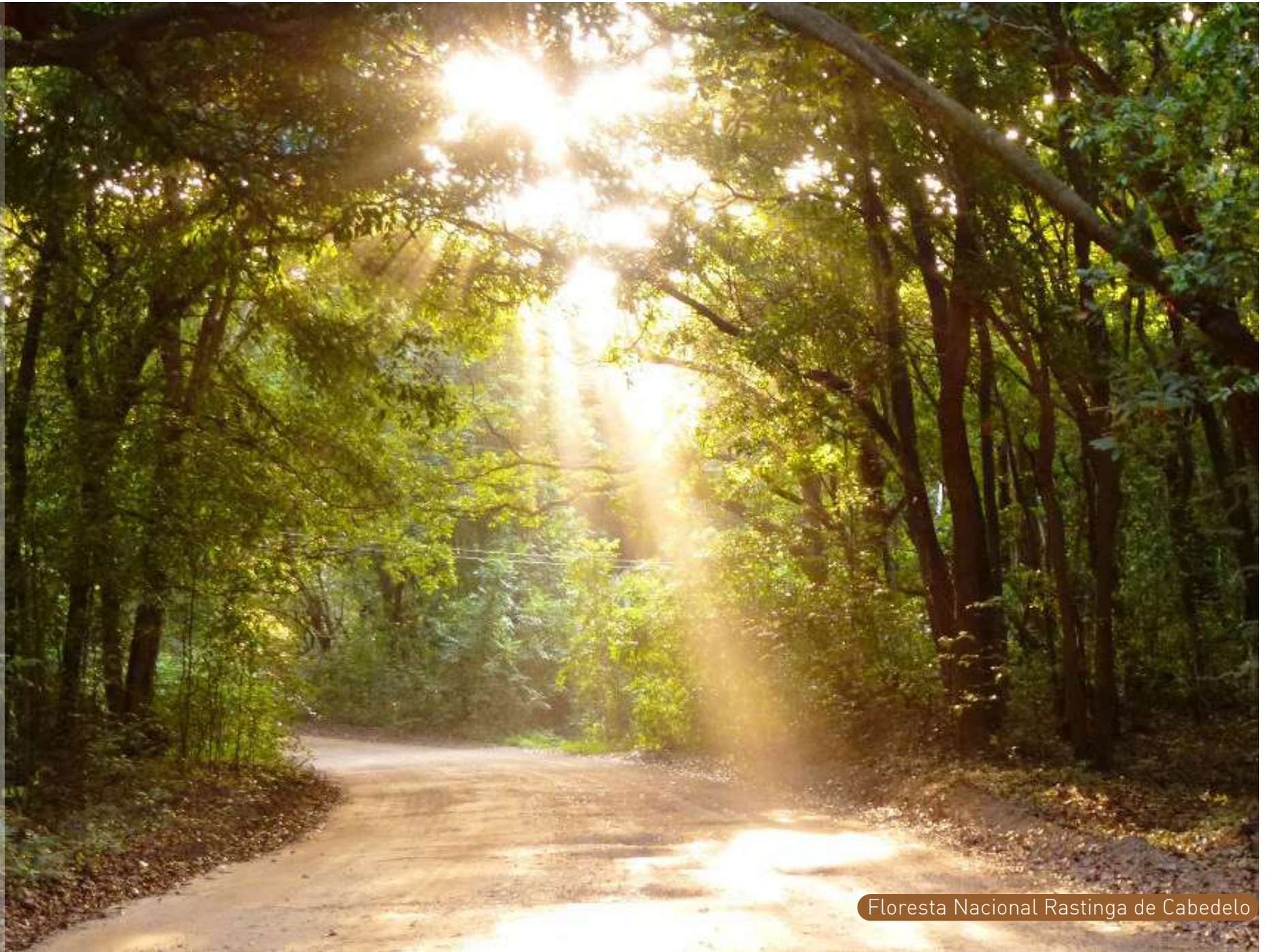
Além dos prédios existentes, o presente projeto busca apoio para a ampliação da sede incluindo a construção de espaço destinado a recepção dos visitantes, informações turísticas e realização de eventos culturais, com capacidade para receber 50 pessoas. A construção de um laboratório de pesquisa também para atuação conjunta com a UFC também garantirá ações de pesquisa e monitoramento e educação ambiental.

A área para reforma e adequação é de aproximadamente 1000m² e a ampliação incluirá a construção de novos 1000m², aumentando a capacidade de interação com os visitantes e estabelecendo novas ações de pesquisa e educação ambiental para a comunidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)

Acervo

NORDESTE (PB)



Floresta Nacional Rastinga de Cabedelo

Contratação de serviço de pavimentação e drenagem da estrada de acesso à FLONA da Restinga de Cabedelo

• Atividades previstas

Obra de pavimentação e drenagem da estrada de acesso à FLONA da Restinga de Cabedelo

• Finalidade da Emenda:

Evitar o carreamento de material e processos erosivos que podem impactar diretamente biota da Unidade, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços oferecidos pelo ICMBio no local, onde também estão instalados, a Gerência Regional Nordeste, a DIAG 2, o CEMAVE, o CPB o CETAS/IBAMA-PB, resguardando a incolumidade pública e as atividades de uso público que ocorre na Unidade de Conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A ausência de melhoria nas condições de trafegabilidade da estrada acarreta prejuízos ambientais para a unidade, bem como danos aos veículos do ICMBio e dos visitantes e funcionários que aqui trabalham, além do risco em potencial para a segurança dos condutores de veículos e transeuntes, devido ao risco de queda de árvores, demonstrado no parágrafo seguinte.

A manutenção periódica da estrada, mediante a utilização de motoniveladora vem provocando o rebaixamento gradativo do terreno e por conseguinte, deixando parcialmente descoberta a raiz/caule das árvores situadas nas bordas da estrada, favorecendo assim ocorrência de acidentes provocados por quedas de árvores e comprometendo a segurança das pessoas e veículos. Embora a equipe da FLONA de Cabedelo não tenha registros de acidentes envolvendo a queda de árvores e veículos, é importante ressaltar que o risco potencial é significativo, pois é frequente a queda de árvores nas margens da estrada, que em algumas situações impede o livre trânsito no local.

Durante o período de chuvas (que geralmente se estende entre os meses de abril a setembro) as condições para o tráfego de veículos se tornam bastante precárias na estrada que liga a guarita de entrada (na BR 230) até aos prédios das unidades aqui instaladas (FLONA, CR-6, UAAF, CEMAVE, CPB, CETAS/IBAMA). Por ser uma região litorânea, as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, de modo que a formação de buracos, atoleiros e acúmulo de água se dá de forma contínua (vide as fotos de 06 a 11).

As características arenosas do terreno (um solo típico da restinga) favorecem a formação de buracos e poças d'água. Conforme citado no Estudo de viabilidade das alternativas de realocação da linha de distribuição de energia e da estrada de acesso da FLONA de Cabedelo, nos últimos anos a equipe desta Unidade de Conservação tem observado que a estrada está se alargando em decorrência da conduta de alguns motoristas que utilizam a borda para desviar de buracos e poças d'água, aumentando assim os impactos em relação à área de floresta de restinga.

A estrada existente, no sentido leste-oeste, sempre sofreu intervenções paliativas para permitir sua trafegabilidade, mediante o nivelamento do terreno e sem acréscimo de material ou compactação, levando ao aprofundamento do leito da estrada em relação ao terreno de floresta circundante.

Conforme já mencionado, a utilização desse tipo de maquinário vem provocando o rebaixamento gradativo do terreno e por conseguinte, deixando parcialmente descoberta a raiz/caule das árvores situadas nas bordas da estrada, favorecendo assim ocorrência de acidentes provocados por quedas de árvores e comprometendo a segurança das pessoas e veículos, muito embora outros fatores também contribuam para a queda de árvores.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)



Reserva Biológica Guaribas

Melhorar e estruturar Programa de Proteção da Reserva Biológica Guaribas e da APA Barra do Rio Mamanguape, com aquisição de 3 (três) veículos tipo pic-up 4x4, contribuindo sobremaneira no desenvolvimento das Ações de Fiscalização, desenvolvidas pelos servidores destas UC's, conforme orientações contidas no Plano de Manejo, coibindo a existência de ilícitos que possam afetá-las direta e indiretamente

• Atividades previstas

Aquisição de 3 (três) veículos do tipo pic-up 4x4: - Veículo 4x4 , tipo caminhonete cabine dupla de uso misto, capacidade 5 pessoas, 4 portas, equipada com tração 4x4 original de fábrica, diesel, direção hidráulica, caçamba metálica, para ser aplicado fora de estrada, em condições severas de uso e em serviços pesados, com motor potência nominal: mínima 140 cv a 4.000 rpm, torque: aproximadamente 26 1.Kgf.m a 2.000 RPM, combustível: Diesel, rodas e pneus Modelo : 225/75 R16, pneu LT 265/75, uso misto 50% asfalto 50% terra, rodas de aço, com os seguintes complementos: grade de proteção da janela traseira; quebra - mato; peito de aço; tapetes de borracha, ar - condicionado; engate de reboque, Bancos em courvin ou vinil; predisposição para rádio de comunicação; protetor de caçamba mínimo de 3 ganchos para amarração de carga em cada lateral da caçamba do veículo.

• Finalidade da Emenda:

Dotar a Reserva Biológica Guaribas e a APA Barra do Rio Mamanguape, de capacidade para realizar as ações de gestão de forma contínua.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição dos veículos, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

As Unidades de Conservação bem protegidas e estruturadas atraem públicos de diferentes perfis e idades, e, ao mesmo tempo, permite que as UC's sejam conhecidas, valorizadas, tenham novos aliados e disponibilizam suporte a gestão para que cumpram com seus objetivos específicos de conservação dos serviços ambientais para as futuras gerações.

As áreas que compõem a Reserva Biológica Guaribas, um dos últimos remanescentes da Floresta Atlântica na região Nordeste. Parte dela ainda se encontra bastante preservada, outras em plena recuperação, indicando que abriga uma grande diversidade de espécies animais e vegetais. Devido à riqueza de madeiras de lei e de outras espécies florestais vulneráveis e ameaçadas de extinção, a reserva assume importante papel na manutenção da diversidade genética da flora local e quiçá nacional. Com espécies de aves ameaçadas de extinção, além de novas espécies da herpetofauna endêmica da região, a reserva detém um status singular na preservação/conservação da diversidade genética dessas espécies.

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape criada pelo Decreto Federal nº 924/1993, apresenta dentre outras relevâncias, para ser considerada como tal, uma área representativa do ecossistema manguezal, no estado da Paraíba, sendo o maior remanescente do estado.

Os seguintes objetivos motivaram e serviram de argumento para a criação desta Unidade de Conservação:

I - Garantir a conservação do habitat do Peixe-Boi Marinho (*Trichechus manatus*);

II - Garantir a conservação de expressivos remanescentes de manguezal, mata atlântica e dos recursos hídricos ali existentes;

III - proteger o Peixe-Boi Marinho (*Trichechus Manatus*) e outras espécies, ameaçadas de extinção no âmbito regional);

IV - Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;

V - Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

Mesmo em face de suas importâncias locais e regionais, elas sofrem as mais variadas pressões antrópicas, entre elas, destacam-se a caça no interior das UC's, os desmatamentos de fragmentos e a ocorrência de incêndios florestais no seu interior, seu entorno, sua zona de amortecimento e área circundante. Entre as atividades de proteção desenvolvidas pelas UC's, estão as ações preventivas e corretivas de fiscalização, sendo um dos principais fatores de sucesso a disponibilização ao pessoal de campo de condições com transporte eficientes e seguros. Paralelamente, às ações de fiscalização realizadas pelas UC's, se faz necessário a disponibilização de veículos com capacidade de transporte seguro aos agentes de fiscalização e aos brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais, com capacidade de carga e rusticidade compatível com as exigências do terreno.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)



Alessandro Carbone

Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape

NORDESTE (PE)

Macel Favery



Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha

Monitoramento da biodiversidade: rastreando aves de Fernando de Noronha

• Atividades previstas

Marcação de aves das unidades de conservação de Fernando de Noronha.

• Finalidade da Emenda:

Monitorar as populações de aves marinhas e terrestres que ocupam e dependem das Unidades de Conservação de Fernando de Noronha.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição de equipamentos e materiais de marcação de aves e na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Arquipélago de Fernando de Noronha é considerado uma das áreas mais importantes para a reprodução de aves marinhas do Brasil, tanto em riqueza quanto em número de indivíduos. Também é uma área de endemismo, com ocorrência de duas espécies de Passeriformes ameaçadas e restritas a Fernando de Noronha. No total, o arquipélago abriga 76 espécies de aves, sendo 11 espécies de aves marinhas residentes que se reproduzem nas ilhas, quatro espécies terrestres residentes nativas e outras visitantes esporádicas ou migratórias. Dentre as aves marinhas residentes, quatro espécies estão ameaçadas de extinção: a pardela-de-asa-larga (*Puffinus lherminieri*), o rabo-de-palha-de-bico-vermelho (*Phaethon aethereus*), o rabo-de-palha-de-bico-laranja (*Phaethon lepturus*) e o atobá-de-pé-vermelho (*Sula sula*). As principais ameaças à avifauna de Fernando de Noronha são a predação por animais exóticos, notadamente gatos e ratos, e a alteração de ambientes florestais.

Esta proposta busca implantar monitoramento das populações de aves, indicadores ambientais bastante importantes para acompanhamento da situação ambiental do arquipélago. O uso de tecnologias de ponta e métodos de rastreio mais efetivos será essencial para compreender a situação das populações de aves locais e melhor planejar ações de conservação que possam resguardar este patrimônio nacional.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais)

Revitalização do Centro de Visitantes da Reserva Biológica de Saltinho.

• Atividades previstas

Reforma do Centro de Visitantes e anfiteatro, além de produção de exposição interpretativa para ser instalada no referido espaço.

• Finalidade da Emenda:

Realizar a revitalização do Centro de Visitantes da Reserva Biológica de Saltinho, com intuito de proporcionar a ampliação do público visitante.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Biológica de Saltinho foi criada pelo Decreto Federal nº 88.744, de 21 de setembro de 1983, após ter desempenhado papel de Horto Florestal e Estação Florestal. A Unidade de Conservação protege um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do estado de Pernambuco, abrigando, em seus 475 hectares, espécies importantes da fauna e da flora brasileira.



Imagem 01: Vista aérea da REBIO Saltinho

A Unidade de Conservação (UC) está localizada nos municípios de Tamandaré e Barreiros, a aproximadamente 78 Km ao sul-sudoeste da capital estadual, Recife. Como peculiaridade destaca-se sua relação com rodovias: a PE -060 e a PE-076 cruzam a UC e fazem desses pontos verdadeiros atrativos pela formação de túneis de floresta.



Imagem 02: Túnel Verde na REBio Saltinho

Historicamente, a Unidade de Conservação contribui para a formação de estudantes da rede pública e privada, tendo como perfil de visitação atual alunos que se encontram do ensino fundamental ao superior. No entanto, percebe-se uma crescente demanda de grupos de familiares e amigos, que buscam a UC para atividades educativas não vinculadas à educação formal.

A REBIO Saltinho possui uma estrutura física para implementação de um Centro de Visitantes, que necessita de reparos e revitalização, o que traria uma melhora significativa na qualidade de visita bem como ampliaria o escopo de seu público já que seria mais um atrativo para a Unidade, além das trilhas que já são utilizadas.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

Manutenção Estrutural da Sede Administrativa e do Centro de Educação Ambiental da Rebio Saltinho

• Atividades previstas

Obra de recuperação das estruturas do centro administrativo e do centro de educação ambiental da REBIO Saltinho.

• Finalidade da Emenda:

Recuperar as estruturas do centro administrativo e do centro de educação ambiental para prevenir eventuais sinistros decorrentes de colapso parcial ou total.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A REBIO Saltinho foi criada no ano 1983 e possui cerca de 438 mil hectares de área. Atualmente é um dos principais fragmentos de Mata Atlântica do estado de Pernambuco e do Brasil. O Centro Administrativo é onde a equipe e pesquisadores utilizam para suas demandas, suporte e base para realização das atividades. O local está com presença de cupins em seu madeiramento, infiltrações no teto, gesso e telhado comprometidos. É de fundamental importância para atividades diárias da equipe administrativa, terceirizados, pesquisadores, estagiários, voluntários e dos agentes temporários ambientais.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Reforma das estruturas do antigo prédio da padaria e enfermaria localizadas nas dependências do CEPENE-PE, para reestruturação do museu da biodiversidade marinha

• Atividades previstas

Reforma, restauração e revitalização das estruturas físicas das antigas instalações da padaria e enfermaria construídas na década de 1930, localizadas nas dependências do CEPENE.

• Finalidade da Emenda:

Reforma restauração e revitalização do antigo prédio da padaria e enfermaria localizadas nas dependências do CEPENE-PE, para reestruturação do museu da biodiversidade marinha.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste – CEPENE – é um dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, e é vinculado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO). Foi criado em 11 de outubro de 1983 e desde o Decreto 8.099, de 04 de setembro de 2013, passou a integrar a estrutura do ICMBio. Não há, no litoral brasileiro, uma área à beira mar com a estrutura disponível para as ações de pesquisa, monitoramento, gestão ambiental marinha e formação de pessoal como o CEPENE. A área onde está instalado o centro de pesquisa é um imóvel cedido ao ICMBio pela Marinha do Brasil, por meio de um contrato de cessão de uso gratuito. Esse imóvel possui uma área de 33 hectares numa faixa litorânea de 1.200 metros, localizada de forma estratégica na baía de Tamandaré, litoral sul de Pernambuco. Conta com três grandes conjuntos de construções: os prédios da pesquisa, formação e administração, e 15 unidades residenciais, com área edificada de 13.000m².

Em 1904, o local onde hoje é o CEPENE serviu para a instalação de uma estação sanitária construída pelo Governo Federal. Nessa estação, permaneciam em quarentena os passageiros dos navios com destino à Europa, em razão de epidemias de febre amarela, varíola e hanseníase que assolavam o Brasil. Os navios que vinham ao Brasil com imigrantes atracavam no porto de Tamandaré, onde era realizada a triagem das pessoas portadoras de doenças e sadias.

As que se encontravam em bom estado de saúde eram liberadas, e, caso contrário, eram tratadas no Lazareto. O conjunto arquitetônico que compunha o Lazareto era formado por sete prédios, três caixas d'água e um extenso barracão de madeira, além de um moinho de vento, com destaque para o pavilhão da administração em estilo gótico.

No início da década de 20, com o avanço dos trabalhos de Oswaldo Cruz na área da saúde e vacinação, as dependências do Lazareto foram doadas ao Ministério da Agricultura. À época, o objetivo era a correção educacional das crianças e jovens de Pernambuco, por intermédio do Patronato Agrícola

João Coimbra, inaugurado em 05 de novembro de 1924. O patronato funcionava como escola desde a alfabetização até o ensino da admissão, e como complemento, às crianças e jovens aprendiam ofícios como alfaiataria, sapataria, música e carpintaria. Outro ensinamento era a agricultura, inicialmente com o plantio de coqueiros e, posteriormente, na área hoje ocupada pela Reserva Biológica do Saltinho. Em 1950, a escola foi transferida para a cidade de Barreiros, onde hoje funciona o Instituto Federal de Educação.

O Patronato Agrícola funcionou até 1950, e em 1951, teve início a Escola de Pesca de Tamandaré, com a chegada de equipamentos, recuperação dos antigos prédios e construção de novas estruturas. A história da Escola de Pesca divide-se em dois períodos: o primeiro, de 1954 a 1967, quando funcionava o curso de pescador profissional, e outro, de 1968 a 1975 (final da escola), quando houve a inclusão dos cursos de patrão de pesca regional, patrão de pesca costeira e motorista de pesca.

Com o término da Escola de Pesca em 1977, a Universidade Federal Rural de Pernambuco utilizava as instalações da antiga escola ao ministrar disciplinas do curso de Engenharia de Pesca, aproveitando as dependências e as embarcações, assim como também foram construídas outras estruturas para o processamento do pescado. Em 1981, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (PDP), vinculado à SUDEPE - fruto de uma cooperação entre o Brasil e a FAO. O objetivo era subsidiar e orientar os investimentos em frotas e instalações industriais para a pesca e aquicultura de recursos marinhos, estuarinos e de água doce, além de proporcionar informações básicas para aumentar a produtividade, dinamizando o sistema de estatística pesqueira para o ordenamento da pesca regional. A partir daí, foi planejada a implantação dos novos centros de pesquisa, um em cada região do país (CEPNOR, CEPENE, CEPESUL E CEPERG).

Assim, o CEPENE foi criado no dia 11 de outubro de 1983 por meio de convênio entre a SUDEPE e o Ministério da Marinha. O Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste, primeiro nome do CEPENE, era uma unidade descentralizada do PDP, vinculado à SUDEPE, voltado para os estudos dos recursos marinhos e estuarinos. O objetivo principal da criação do CEPENE era dotar a região Nordeste de uma unidade capaz de coordenar e executar os trabalhos de pesquisa e extensão pesqueira. Na época, o Governo Federal considerava a pesca artesanal rudimentar e improdutiva, e que deveria ser elevada à pesca de grande escala, com incentivos à implantação de novos equipamentos, fábricas e indústrias, além das pesquisas voltadas para exploração pesqueira. A proposta inicial de atuação do CEPENE era a execução de pesquisas e geração de tecnologias com vistas ao desenvolvimento do setor pesqueiro.

Com a extinção da SUDEPE e criação do IBAMA, em 1990, o CEPENE, então renomeado Centro de Pesquisa e Gestão Pesqueira do Nordeste, passou a integrar a estrutura do IBAMA, executando pesquisas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, do Maranhão até a Bahia, com forte atuação regional com estabelecimento dos núcleos de pesca nas Superintendências do IBAMA. Nessa época, a programação de pesquisa do CEPENE teve um acentuado caráter interinstitucional e manteve permanentemente a formação e capacitação de pessoal.

Em 1995, foi iniciada a parceria entre o CEPENE e o Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com estudos sobre a conservação dos recifes de coral da região. Estas pesquisas subsidiaram a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, em 1997, e, no ano seguinte, a parceria deu fruto ao Projeto Recifes Costeiros, atual Instituto Recifes Costeiros (IRCOS).

No ano de 2013, os Centro de Pesquisa foram transferidos do IBAMA para o ICMBio, com a publicação do Decreto nº 8.099. Em março de 2015, o CEPENE teve seu escopo de atuação ampliado para a conservação da biodiversidade marinha, e seu nome alterado para Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste.

Na área objeto desta proposta estão situados os antigos prédios da padaria e enfermaria que sediaram até o início dos anos 2000, o centro interativo de documentação e interação do Programa de Pesquisa de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva REVIZEE, com recursos de audiovisuais e de informática de referência sobre os estudos do mar, principalmente na região nordeste. Atualmente, esses prédios encontram-se desativados devido à deterioração por ações climáticas regionais e por falta de recursos financeiros para manutenção e reformas das estruturas. Os prédios têm um valor histórico inestimável, a reforma é fundamental para recuperação da cultura e história locais. A revitalização vai possibilitar reeditar o centro interativo, trazer outras informações que foram geradas nesses últimos 20 anos de trabalho sobre a biodiversidade marinha, e apresentar à comunidade e visitantes de outras regiões os resultados das pesquisas e projetos de conservação do ecossistema marinho.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Onde os tubarões-tigre estão? Monitoramento para aumentar a informação aos visitantes e melhorar o protocolo de segurança em Fernando de Noronha

• Atividades previstas

Implementação de uma rede de monitoramento de tubarões para que os visitantes possam acompanhar seu deslocamento em tempo real. O monitoramento será realizado acusticamente através de receptores que acionem um alerta. Eles serão instalados estrategicamente em praias com maior interação entre tubarões-tigre e humanos (a princípio na baía do Sueste).

• Finalidade da Emenda:

Melhor o entendimento sobre os padrões de movimentação e uso de habitat da espécie, ainda pouco estudada na região. Esses dados científicos serão cruciais para entender e assim propor medidas eficientes para minimizar a sobreposição entre humanos e tubarões-tigre, reduzindo risco de incidentes com a espécie.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Há um aparente aumento populacional das espécies de tubarões que ocorrem no arquipélago em decorrência da criação da área marinha protegida. Entre essas espécies, destaca-se o tubarão-tigre (*Galeocerdo cuvier*), que é tida como potencialmente perigosa para os humanos, é possível espécie envolvida pelos dois incidentes mais graves em Noronha.

Dado os últimos incidentes com tubarões-tigre no Arquipélago de Fernando de Noronha, é essencial realizar um monitoramento a médio-longo prazo dos tubarões para aprofundar a compreensão da importância do arquipélago para estas espécies, assim influenciando em decisões públicas para a melhor proteção dos animais e dos visitantes. Além disso, gerar conteúdo informativo e educacional para residentes e turistas, promovendo cada vez mais uma melhor coexistência entre humanos e tubarões no arquipélago.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais)

Acervo

NORDESTE (PI)



Parque Nacional da Serra da Capivara

Fomentar o processo de ampliação do Parque Nacional da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato /PI

• Atividades previstas

Estruturar a proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra da Capivara com a realização de mapeamento digital georreferenciado da região do entorno do parque.

• Finalidade da Emenda:

Aumentar a conservação da biodiversidade da caatinga através da ampliação do parque nacional da Serra da Capivara.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra de equipamentos e na contratação de pessoa jurídica especializada para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O PARNA Serra da Capivara, criado pelo Decreto 83.548. de 05.06.1979, está localizado no sudoeste do Estado do Piauí, abrangendo parte dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí.

Em 1990 foram criadas através do Decreto nº 99.143 de 12.03.1990, três Áreas de Proteção Permanente- APP, contíguas ao Parque, para proteger fauna e flora silvestres e áreas de rara beleza cênica e sítios arqueológicos não abrangidos pelo Decreto de criação do PARNA Serra da Capivara.

Devido a importância dos sítios arqueológicos locais e o estado de conservação/manutenção local, em dezembro de 1991, o Parque foi incluído pela UNESCO na lista dos sítios Patrimônio Cultural da Humanidade.

Contudo, muitos desses sítios estão fora do parque, o que fragiliza a sua proteção. Na região das APP no entorno do Parque existem mais de 500 sítios arqueológicos. Dentre estes, destaque-se o sítio da Toca da Bastiana, um sítio arqueológico com representação das duas principais tradições pictóricas, a Nordeste e a Agreste, datadas indiretamente em mais de 29 mil anos, considerado o mais antigo do Brasil.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais).

Substituir a cerca com Estacas de madeira por estacas de concretos em um perímetro de 5.630m

• Atividades previstas

Reboco, pintura, forro, treliçado, portas, restauração da parte elétrica dos prédios da FLONA Palmares.

• Finalidade da Emenda:

Restaurar a infraestrutura da FLONA Palmares.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Boa parte da infraestrutura da Flona Palmares foi construída na década de sessenta no tempo do IBDF e passou por quase nenhuma reforma.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)

Conservação e preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara no desenvolvimento das atividades

● Atividades previstas

Meta 1: Contribuir para a conservação dos sítios arqueológicos presentes no Parque, com apoio de equipe técnica especializada.

Ação 1.1. Identificar e mapear os sítios arqueológicos do Parque.

Ação 1.2. Realizar o diagnóstico do estado de conservação dos sítios arqueológicos do Parque.

Ação 1.3. Realizar a limpeza e retirada de ninhos e casas de insetos, bem como o corte de raízes e retículas sobre o suporte rochoso de 40 sítios arqueológicos.

Ação 1.4. Realizar a manutenção preventiva e corretiva das passarelas, corrimãos, placas de identificação dos sítios arqueológicos indicados no Item 1.2.

Ação 1.5. Realizar a revisão das escadas de ferro e muros de acesso aos sítios arqueológicos indicados no 1.3.

Ação 1.6. Realizar reparos e limpeza das calhas e canaletas que desviam as águas 2 pluviais, entre outros dos sítios arqueológicos indicados no Item 1.3.

Meta 2. Concorrer para a minimização e mitigação dos riscos à flora e fauna do Parque.

Ação 2.1. Realizar o monitoramento da fauna e da flora do Parque e áreas de preservação permanente com equipe técnica especializada.

Ação 2.2. Realizar a limpeza dos veios principais do açude Zabelê.

Meta 3. Auxiliar na manutenção do Parque em boas condições para visitantes, servidores, pesquisadores, colaboradores e demais usuários.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado pelo Decreto n.º 83.548/1979, com área de aproximadamente 100.000 hectares. A área de proteção foi posteriormente ampliada pelo Decreto n.º 99.143/1990, com a criação de áreas de preservação permanentes adjacentes ao Parque, no total de 35.000 hectares.

Localizado no semiárido nordestino, o PARNA da Serra da Capivara abrange a fronteira entre duas formações geológicas, com serras, vales e planícies. Em razão dessa complexidade de ambientes, a Unidade de Conservação abriga alta biodiversidade, com fauna e flora específicas da Caatinga e monumentos arqueológicos.

De acordo com seu Plano de Manejo, o Parque Nacional da Serra da Capivara localiza-se na região que abriga a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, com registros rupestres, sítios de oficinas líticas, cerâmicas, aldeamentos e cemitérios. Os vestígios da presença do homem encontrados no Parque datam de 50.000 a 60.000 anos antes do presente.

Além disso, das 33 espécies de mamíferos que o PARNA da Serra da Capivara protege 11 são ameaçadas de extinção, como a onça-pintada, a onça parda, o tamanduá-bandeira, o tatu-bola, o tatu-canastra, o gato-maracajá, o gato-do-mato e o mocó. São cinco espécies ameaçadas de aves registradas na unidade, alvos de caçadores e traficantes de animais silvestres, e uma espécie de réptil endêmica do nordeste do Brasil classificada como “em perigo”.

No que diz respeito à flora, estima-se que o Parque proteja 615 espécies da flora brasileira, das quais duas espécies novas levantadas para a região.

Pelo seu inestimável valor histórico e cultural, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1991.

O Parque também consta no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na área tombada foram localizados cerca de 400 sítios arqueológicos, que contêm painéis de pinturas e gravuras rupestres.

O patrimônio cultural pré-histórico e natural do Parque atraem expressivo número de visitantes anuais, tendo sido registrados 20.872 visitantes em 2018, 29.733 em 2019 e 8.486 em 2020, de acordo com o detalhamento disponibilizado pela Coordenação de Estruturação da Visitação e Ecoturismo - COEST/CGEUP/DIMAN

O Parque não é uma unidade inerte. Sua dinâmica se modifica com as alterações climáticas extremas da Caatinga, onde secas intensas vêm se fortalecendo, seguidas de enxurradas; as atividades humanas se ampliam e se intensificam ao seu redor trazendo risco de incêndios e queimadas, colocando em risco os sítios arqueológicos, as pinturas rupestres, a fauna e a flora, além da própria visitação e ainda, a caça que se mantém entre altos e baixos. O crescimento humano ainda acelera o processo de isolamento e a interrupção do fluxo gênico de suas populações de animais, muitos ameaçados de extinção, a entrada de espécies exóticas e invasoras de plantas, bem como o trânsito de animais, especialmente os de grande porte em períodos de seca. Por todos estes motivos, os trabalhos demandam contínuo monitoramento, manutenção, melhorias e inovações que garantam ao Parque sua plena função ecológica, a guarda do Patrimônio Cultural Mundial e evite a perda de capital investido.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Carlos Alberto

NORDESTE (SE)



Parque Nacional Serra de Itabaiana

Construção de Sede Administrativa do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe

● Atividades previstas

Obra civil para reforma e ampliação de sede administrativa do NGI ICMBio Itabaiana.

● Finalidade da Emenda

Prover o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Itabaiana-Ibura de estrutura predial adequada ao funcionamento das atividades administrativas e de gestão das unidades de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana e Floresta Nacional do Ibura, em Sergipe.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Itabaiana-Ibura é responsável pela gestão de duas unidades de conservação: Parque Nacional da Serra de Itabaiana e da Floresta Nacional do Ibura. A primeira é uma referência em turismo ecológico e de aventura no estado de Sergipe, que abriga parcela singular de ecossistemas transicionais entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, com inúmeras peculiaridades geológicas e paisagísticas. A segunda é um importante remanescente de mata atlântica associada a manguezais, de elevado valor histórico e cultural na região, e que tem servido como centro de educação ambiental e viveiro de espécies nativas da mata atlântica.

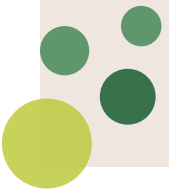
Estas unidades de conservação ainda carecem de estrutura para sua total implementação. No presente documento, apresentamos proposta para reforma e ampliação da sede administrativa no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, a qual serve de sede para o Núcleo de Gestão Integrada Itabaiana-Ibura.

O prédio onde atualmente funciona a sede administrativa do NGI Itabaiana-Ibura, situado no interior do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, no município de Areia Branca, Sergipe, constitui-se de uma casa que foi originalmente projetada para servir como residência, com notórias inadequações na estrutura e acomodações, especialmente no que diz respeito às salas de escritório, que correspondem a 2 dos quartos da casa, cujo espaço é insuficiente para abrigar servidores, colaboradores, estações de trabalho e demais equipamentos (mobiliário, armários, arquivos, impressoras, material de escritório etc.). Com o passar dos anos a situação de deterioração do prédio da sede administrativa se agravou, surgindo rachaduras nas paredes, cedimento do piso, formação de mofo em decorrência de infiltrações, tudo isso em diversos pontos do prédio. Some-se a isso o projeto elétrico obsoleto e que já não atende às necessidades do cotidiano de trabalho, funcionando em constante risco de sobrecarga.

Abaixo, encaminhamos fotografias que demonstram o estado atual do escritório da sede administrativa do NGI ICMBio Itabaiana-Ibura.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)



Nana Brasil

NORDESTE (AL)/(PE)



Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

Censo estrutural da pesca na APA Costa dos Corais

• Atividades previstas

Cadastramento dos pescadores e das embarcações para emissão de carteira de pescador do ICMBIO.

• Finalidade da Emenda

Conhecimento da dimensão da atividade pesqueira na Unidade de Conservação (UC) para fins de gestão sustentável dos recursos pesqueiros e permitir uma estimativa adequada à produção pesqueira na UC (aliado aos esforços de monitoramento, em curso).

• Descrição da Execução da Emenda:

- Contratação de 36 coletores de dados (entrevistadores) por 6 meses;
- Capacitação dos entrevistadores (2 semanas);
- Aquisição de aparelho por contratado (celular ou Tablet);
- Material de divulgação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O cadastramento dos pescadores da APA Costa dos Corais é uma norma estabelecida em seu Plano de Manejo e é fundamental para uma eficaz gestão da pesca.

Em 2003 foi realizado um piloto desse cadastramento, com exemplos exitosos até hoje, onde os pescadores cadastrados ainda têm a sua carteira e a utilizam para fins de comprovação da atividade.

Trata-se de interesse do setor da pesca artesanal e da gestão da Unidade de Conservação.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Acervo

NORDESTE (PI)/(CE)/(MA)



Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba

Reativação da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba

● Atividades previstas:

Elaboração do projeto de reforma/reestruturação e execução da reforma dos prédios que constituem a Base do Projeto Peixe-Boi Marinho, localizada no município de Cajueiro da Praia no Piauí. - Elaboração do projeto e estruturação do Museu e Centro de Convivência para as ações de divulgação científica e educação ambiental.

● Finalidade da Emenda

Realização da reforma e reativação da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho para as ações de conservação do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*): pesquisa, monitoramento, educação ambiental, resgate, reabilitação e soltura de animais.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Base do Projeto Peixe-Boi Marinho é composto por diversas estruturas (centro de convivência, museu, auditório, garagem, alojamento, sala de pesquisa, sede administrativa, piscina, refeitório, telecentro) construídas em 2008/2009, com objetivo principal de realizar ações de conservação do peixe-boi marinho. A Base faz parte da APA Delta do Parnaíba e está localizada no município de Cajueiro da Praia, no Piauí.

O Peixe-Boi marinho é uma espécie de mamífero ameaçada de extinção que ocorre na região da APA Delta do Parnaíba.

A conservação da população que habita essa região é fundamental para a conservação da espécie em todo o território brasileiro pois ela promove a variabilidade genética de outras populações e menor vulnerabilidade aos riscos ambientais. Dados demonstraram que esta região é a que possui uma das maiores populações do litoral brasileiro. Além das ações de conservação do Peixe-Boi Marinho, a Base também desempenha ações com outras espécies ameaçadas de extinção, como as tartarugas marinhas.

Atualmente as estruturas da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho estão super deterioradas devido à falta de manutenção e danos causados por infestação de cupins e por efeito da maresia. Por isso, as ações de conservação encontram-se seriamente comprometidas. Atividades de visitação e educação ambiental estão temporariamente suspensas devido aos riscos de acidentes e impossibilidade de uso dos ambientes. Devido estas condições atuais das estruturas, urge a necessidade de reforma para evitar novos prejuízos institucionais e reativar a Base para atender os objetivos de conservação da biodiversidade, divulgação e popularização da ciência

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Sinalização de limites, educação e de apoio à visitação na Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba

• Atividades previstas:

Elaboração de projeto de sinalização da Unidade de Conservação - UC, em pactuação com os atores sociais do território, e em coordenação com o Conselho Consultivo da UC; elaboração de arte de placas (sinalização de limites, educativas e de apoio à visitação); confecção de placas; aquisição de estruturas para fixação das placas; e fixação das placas.

• Finalidade da Emenda

Realizar sinalização da APA Serra da Ibiapaba, uma das maiores UC do Brasil, com cerca de 1 milhão e 680 mil hectares distribuídos em 27 municípios entre Piauí (19) e Ceará (8), visando a estruturação de trilhas de longo percurso, a educação ambiental para uso consciente de atrativos populares e para a proteção de espécies ameaçadas de extinção, bem como a sinalização de limites da Unidade, proporcionando uma maior inserção da UC no território.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio, em amplo processo de articulação interinstitucional através do seu Conselho consultivo. No rastro da atuação do Conselho e do processo de revisão do seu Plano de Manejo, atualmente em andamento, a presente iniciativa dará continuidade a um processo de permanente mobilização social em prol da conservação da biodiversidade de forma transversal a outros processos em vias de serem deslanchados, como a inserção da Unidade na Rede Brasileira de Trilhas, a formação de Brigadas Comunitárias e a elaboração do Plano de Uso Público da UC, com apoio do projeto GEF Terrestre, no qual a UC foi recentemente incluída. Os recursos aqui pleiteados serão aplicados tanto na elaboração do projeto de sinalização da APA com ampla participação social, etapa realizada de forma direta pelo ICMBio, como também na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto (confecção das placas e fixação nos locais definidos).

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A APA Serra da Ibiapaba é uma das maiores UC do Brasil, com cerca de 1 milhão e 680 mil hectares distribuídos entre 27 municípios no Piauí (19) e Ceará (8). A sinalização é uma estratégia educativa e de inserção territorial da Unidade, que ainda tem dificuldade de comunicar sua importância para as comunidades locais e para a sustentabilidade da região.

A proposta aqui apresentada aposta na sinalização como processo de diálogo com os atores do território, pois se insere em um contexto mais amplos já em andamento ou em fase adiantada de articulação, como a implantação de trilhas de longo percurso, o ordenamento da visitação no território e a formação de brigadas comunitárias.

O processo de revisão do Plano de Manejo, também em andamento, potencializará o papel da sinalização, na medida em que o zoneamento da Unidade indicará áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção (*Alouatta ululata*, *Puma concolor*, *Adelophrynes baturitensis*, *Tolypeutes tricinctus*, *Leopardus pardalis* etc), áreas especialmente protegidas pelo decreto de criação da APA, áreas de ocorrência de sítios arqueológicos, sítios de relevância histórica etc. A sinalização ajudará a evidenciar as riquezas biológica, histórica e cultural resguardadas pelas UC.

A coordenação do processo em articulação com o Conselho consultivo da Unidade de Conservação fortalece esse componente de diálogo interinstitucional, abrindo portas para outros processos locais e regionais.

Por fim, é uma estratégia de boa relação custo-benefício pois, numa UC com estas dimensões, pode proporcionar uma comunicação com amplos e diferenciados públicos, contribuindo com as necessárias estratégias complementares de educação ambiental e ordenamento do uso dos recursos naturais no território.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais); Contrapartida R\$15.000,00 (Quinze mil reais)



Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade
Coordenação de Relações Institucionais/ Gabin
Telefone: (61) 2028 -9660
E-mail: aspar@icmbio.gov.br